

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265
Preferenciais	461
Total	726
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	42.032	43.975
1.01	Ativo Circulante	14.549	13.949
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19	672
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	50
1.01.03	Contas a Receber	2.635	4.289
1.01.03.01	Clientes	1.107	2.932
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.528	1.357
1.01.04	Estoques	9.992	7.035
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.903	1.903
1.01.08.03	Outros	1.903	1.903
1.02	Ativo Não Circulante	27.483	30.026
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.484	20.484
1.02.01.04	Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.03	Imobilizado	6.999	9.542
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.999	9.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	42.032	43.975
2.01	Passivo Circulante	47.130	43.431
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.569	15.987
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.294	8.543
2.01.01.01.01	Benefícios a Funcionários a Pagar	8	10
2.01.01.01.02	Honorários dos Administradores a Pagar	1.497	903
2.01.01.01.03	Pensões Judiciais a Pagar	5	15
2.01.01.01.04	Recisões Contratuais de Funcionários a Pagar	8.319	6.997
2.01.01.01.05	Salários de Funcionários a Pagar	3.465	618
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.275	7.444
2.01.01.02.01	INSS a Recolher	5.003	4.370
2.01.01.02.02	Contribuições Sindicais a Recolher	95	72
2.01.01.02.03	Depositos do FGTS a Recolher	4.177	3.002
2.01.02	Fornecedores	10.419	10.740
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.051	10.406
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.302	3.449
2.01.02.01.02	Outros Compromissos	6.749	6.957
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	368	334
2.01.02.02.01	Fornecedores	368	334
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.974	5.723
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.230	3.689
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	84	234
2.01.03.01.03	IPi a Recolher	83	103
2.01.03.01.04	IRRF a Recolher	3.806	3.182
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	83	74
2.01.03.01.06	CSLL-Cofins-PIS	81	51
2.01.03.01.07	Seguridade Social Retida a Recolher	93	45
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.732	2.029
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.732	2.029
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12	5
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	12	5
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.053	7.793
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.053	7.793
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.783	7.523
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	270	270
2.01.05	Outras Obrigações	130	130
2.01.05.02	Outros	130	130
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	130
2.01.06	Provisões	1.985	3.058
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.985	3.058
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.985	3.058
2.02	Passivo Não Circulante	58.454	55.244
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	3.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	3.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.387	3.387

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	55.067	51.857
2.02.02.02	Outros	55.067	51.857
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	31.520	29.413
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	19.980	17.751
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais	2.292	3.418
2.02.02.02.06	Outras Responsabilidades a Vencer	1.275	1.275
2.03	Patrimônio Líquido	-63.552	-54.700
2.03.01	Capital Social Realizado	23.749	23.749
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-87.301	-78.449

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	638	8.873	10.172	33.992
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	960	11.794	13.065	43.516
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-322	-2.921	-2.893	-9.524
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.014	-15.314	-14.803	-47.289
3.03	Resultado Bruto	-1.376	-6.441	-4.631	-13.297
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.188	-1.798	-4.166	-843
3.04.01	Despesas com Vendas	-574	-1.495	-1.026	-2.604
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.002	-6.623	-3.140	-9.725
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.388	6.320	0	11.486
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.564	-8.239	-8.797	-14.140
3.06	Resultado Financeiro	-20	-613	-740	-3.813
3.06.01	Receitas Financeiras	249	380	14	120
3.06.02	Despesas Financeiras	-269	-993	-754	-3.933
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.584	-8.852	-9.537	-17.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.584	-8.852	-9.537	-17.953
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.584	-8.852	-9.537	-17.953

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.584	-8.852	-7.685	-17.953
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.584	-8.852	-7.685	-17.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.776	-6.218
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.776	-6.218
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.397	14.224
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	139	-7.903
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-240	103
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	259	52
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19	155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-78.449	0	-54.700
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-78.449	0	-54.700
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.852	0	-8.852
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-8.852	0	-8.852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-87.301	0	-63.552

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.953	1.081	-17.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.953	1.081	-17.953
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-1.081	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-1.081	0
5.07	SalDOS Finais	23.749	0	0	-71.927	0	-48.178

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	17.756	54.445
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.608	42.802
7.01.02	Outras Receitas	6.148	11.643
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.639	-37.001
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.639	-37.001
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.117	17.444
7.04	Retenções	-1.495	-1.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.495	-1.921
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.622	15.523
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	381	121
7.06.02	Receitas Financeiras	381	121
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.003	15.644
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.003	15.644
7.08.01	Pessoal	10.686	18.626
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.086	12.110
7.08.01.02	Benefícios	788	1.891
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.439	2.793
7.08.01.04	Outros	1.373	1.832
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.446	9.395
7.08.02.01	Federais	3.093	6.159
7.08.02.02	Estaduais	1.253	2.960
7.08.02.03	Municipais	100	276
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.723	5.576
7.08.03.01	Juros	957	4.323
7.08.03.02	Aluguéis	766	528
7.08.03.03	Outras	0	725
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.852	-17.953
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.852	-17.953

Comentário do Desempenho

FIBAM

REFERÊNCIA EM FIXADORES

Release de Resultado

3T18

Última Cotação em

30/09/2018

FBMC4 - R\$ 1,92 por ação

Total de Ações: 726.514

FBMC3: 265.160

FBMC4: 461.354

Valor de Mercado

(30/09/2018):

R\$ 21.090,0 mil

US\$ 5.208,8 mil

São Bernardo do Campo, 14 de novembro de 2018 – A Fibam Cia Industrial – Em Recuperação Judicial (B3: FBMC3 e FBMC4), empresa líder na produção de fixadores especiais, anuncia os seus resultados financeiros relativos ao 3º trimestre de 2018 (3T18). As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e em milhares de Reais.

	3T18	2T18	Variação 3T18/2T18	3T17	Variação 3T18/3T17
Receita Operacional Líquida	638	3.703	(82,8%)	10.172	(93,7%)
Lucro Bruto	(1.376)	(2.442)	43,7%	(4.631)	70,3%
Resultado Operacional (EBIT)*	(3.164)	(4.442)	28,8%	(7.812)	59,5%
(Prejuízo) Lucro Líquido	(2.584)	(1.517)	(70,3%)	(9.537)	72,9%
EBITDA**	(2.794)	(3.939)	29,1%	(7.183)	61,1%
Patrimônio Líquido	(63.552)	(54.700)	(16,2%)	(48.178)	(31,9%)
Dívida Líquida	9.421	10.003	(5,8%)	12.174	(22,6%)

* Lucro antes dos juros e impostos.

** Lucro antes dos impostos, juros, outras despesas e receitas operacionais, depreciação e amortização.

PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a **Fibam** é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes.

O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção. Além do setor automobilístico, a **Fibam** também atua no fornecimento de fixadores para eletrodomésticos, construção civil, equipamentos agrícolas, entre outros.

O relacionamento com clientes é pautado pela qualidade dos produtos, confiabilidade no prazo de entrega e foco no aprimoramento constante, o que resulta em alternativas de redução de custos para o cliente. Esses diferenciais são atestados por múltiplas premiações e certificações concedidas pelos próprios clientes e que renderam à Companhia a liderança no segmento de fixadores metálicos na América Latina. Entre outros certificados de qualidade, a **Fibam** é certificada segundo a ISO TS 16949, o que a credencia a fornecer para toda a cadeia automotiva mundial.

Contatos:
Paolo Paperini

Telefone
(55 11) 2139-5323
Email
ri@fibam.com.br

PRODUTOS E APLICAÇÕES

A Fibam produz fixadores utilizados para: freios e suspensões, sistemas de direção, motos, motores, compressores, rodas, tratores, câmbios e cintos de segurança. Produtos que agregam tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.



COMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Após atingir o auge no começo da década, a indústria automobilística ainda não superou totalmente a pior recessão da história da economia brasileira iniciada em meados de 2014, que mantém expectativa de crescimento modesto para o ano de 2018. Como todos os demais setores, a indústria automobilística, historicamente com importante peso na economia e desenvolvimento do País, também sofreu forte impacto da crise econômica o que, por sua vez, atingiu grande parcela da cadeia de indústrias paralelas, desde a concepção de autopeças até os distribuidores.

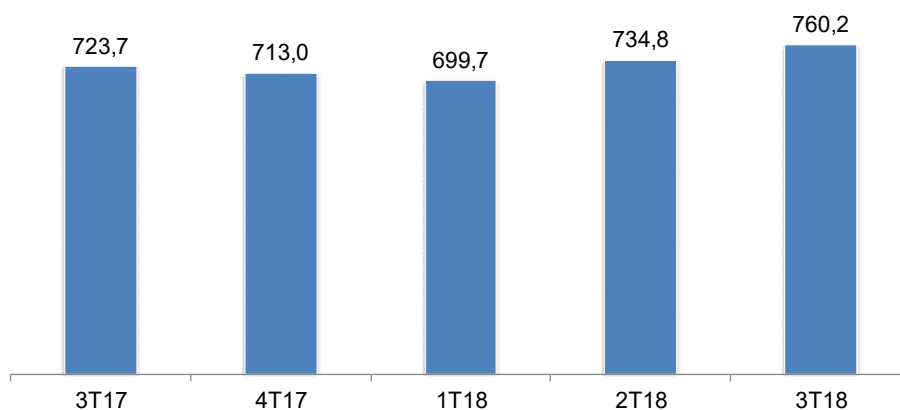
Ainda que os contínuos esforços da alta Administração da Fibam tenham sido direcionados para a readequação da estrutura operacional e administrativa face às adversidades vislumbradas no início da crise na economia doméstica, em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Fibam ajuizou Pedido de Recuperação Judicial como medida de sobrevivência e alternativa mais adequada para o cenário vivenciado. O intuito, na ocasião, era preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa, mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida. Posteriormente, em 15 de dezembro de 2015, os credores da Companhia aprovaram na Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial, que teve como principais pontos: i) deságio de 40% sobre o total da dívida quirográfica; ii) carência de 20 meses; iii) 8 anos de pagamento após o vencimento da carência; iv) correção monetária de Taxa Referencial + 0,5% ao ano e v) pagamento em parcelas anuais fixas e pagamento periódico trimestral (PMT).

A situação econômico-financeira da Companhia impôs severas limitações de caixa, acompanhando a dificuldade na obtenção de crédito e de capital com fornecedores e instituições financeiras, contexto que se estendeu até o momento e impactou diretamente nossa capacidade operacional e produtividade. Em função da falta de recursos para a obtenção de matéria prima e insumos nosso parque fabril permaneceu parte relevante do tempo com baixa utilização ou, até mesmo, sem operação, com alto índice de capacidade ociosa.

Nesse sentido, com os obstáculos enfrentados ao longo dos últimos anos e com a fábrica semiparalisada no terceiro trimestre de 2018, a Fibam totalizou R\$ 0,6 milhão de receita operacional líquida no período, redução de 82,8% frente os R\$ 3,7 milhões auferido no segundo trimestre de 2018. As despesas operacionais da Fibam atingiram R\$ 1,1 milhão no terceiro trimestre de 2018, revertendo a receita operacional de R\$ 1,3 milhão reportada no trimestre anterior, período em que houve o reconhecimento de receita não-recorrente no valor de R\$ 4,1 milhões relacionadas à venda de ativos imobilizados em desuso e/ou obsoletos. Isto posto, a Fibam apresentou prejuízo líquido de R\$ 2,5 milhões no 3T18, montante 70,3% superior ao prejuízo de R\$ 1,5 milhão do trimestre anterior.

A Administração tem trabalhado diligentemente na negociação com credores, na desmobilização de ativos e na busca por potenciais investidores, iniciando tratativas com fundos de investimentos interessados em aportar capital e/ou participar de forma ativa na administração dos negócios. Estamos encarando de frente os desafios impostos e contamos com a colaboração de nossos acionistas, fornecedores, credores, clientes e colaboradores.

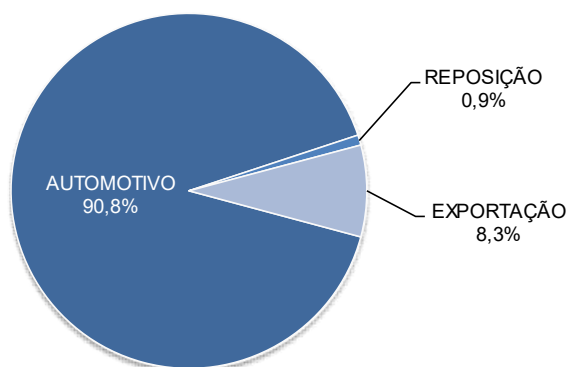
Produção total de veículos (mil unidades)



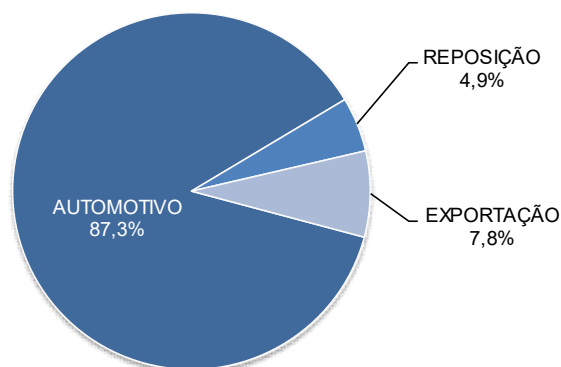
Fonte: Anfavea

DESEMPENHO OPERACIONAL

3T18



2T18



O segmento automotivo representou 90,8% da receita operacional líquida auferida pela Fibam no terceiro trimestre de 2018, avanço de 3,5 p.p. frente os 87,3% registrados no trimestre imediatamente anterior. Considerando o mesmo período de comparação, o segmento de reposição registrou queda de 4,0 p.p. na representatividade da receita líquida ao atingir 0,9% enquanto o segmento de exportação totalizou 8,3% do total, pequeno incremento de 0,5 p.p.

Comentário do Desempenho

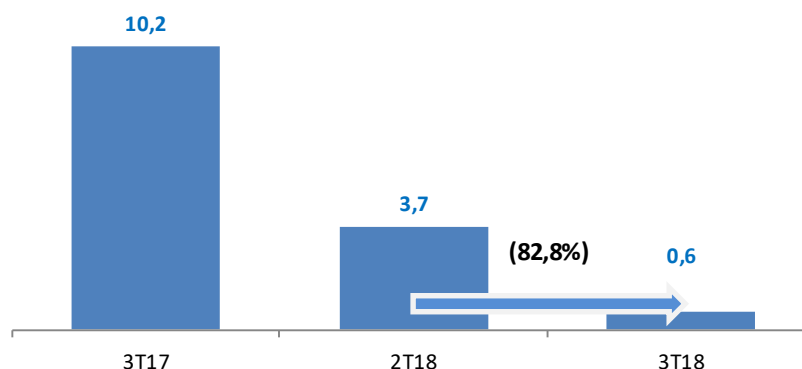
FIBAM
 REFERENCIAL EM FIXADORES

 Release de
 Resultado **3T18**

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

(Em R\$ milhões)



Volume de Vendas (em R\$ mil)	3T18	2T18	Var. % 3T18/2T18	3T17	Var. % 3T18/3T17
Receita operacional líquida	638	3.703	(82,8%)	10.172	(93,7%)
AUTOMOTIVO	579	3.231	(82,1%)	9.186	(93,7%)
REPOSIÇÃO	6	183	(96,7%)	516	(98,8%)
EXPORTAÇÃO	53	289	(81,7%)	470	(88,7%)

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

As **despesas operacionais** da Fibam totalizaram R\$ 1,1 milhão no terceiro trimestre de 2018, revertendo a receita operacional de R\$ 1,3 milhão registrada no trimestre anterior. No trimestre, o desempenho foi impulsionado pelo ingresso de R\$ 1,4 milhão oriundo da venda de ativos imobilizados. Como mencionado anteriormente, no segundo trimestre houve reconhecimento de receita não-recorrente no valor de R\$ 4,1 milhões relacionadas à venda de ativos imobilizados em desuso e/ou obsoletos. Na comparação com o terceiro trimestre de 2017, período em que as despesas operacionais alcançaram R\$ 4,1 milhões e não houve registro de receitas ou despesas operacionais extraordinárias, a queda atingiu 71,5%.

No 3T18 as despesas com vendas, de R\$ 0,6 milhão, apresentaram avanço de 34,4% e redução de 44,1% quando comparado com os R\$ 0,4 milhão do 2T18 e os R\$ 1,0 milhão do 3T17, nessa ordem. As despesas administrativas alcançaram R\$ 1,0 milhão, recuo de 26,5% frente os R\$ 1,4 milhão do 2T18 e queda de 46,0% na comparação com os R\$ 1,8 milhão reportados no mesmo período do ano anterior. Além disso, as despesas tributárias somaram R\$ 0,8 milhão, pequena redução de 2,6% ante os R\$ 0,8 milhão do trimestre anterior e queda de 26,8% em relação aos R\$ 1,0 milhão registrados no 3T17.

Em R\$ mil	3T18	2T18	Variação 3T18/2T18	3T17	Variação 3T18/3T17
(Despesas)/Receitas Operacionais	(1.188)	1.297	NA	(4.166)	(71,5%)

*Considerando despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas.

EBITDA

No terceiro trimestre de 2018, a Fibam registrou **Ebitda** negativo de R\$ 2,8 milhões, o que evidencia melhora de 29,1% ante os R\$ 3,9 milhões negativos do trimestre anterior. Quando comparado com o mesmo trimestre de 2017, período no qual o indicador totalizou R\$ 7,1 milhões negativos, o desempenho foi 61,1% melhor.

Em R\$ mil	3T18	2T18	Var. % 3T18/2T18	3T17	Var. % 3T18/3T17
(Prejuízo) Lucro do Período	(2.584)	(1.517)	(70,3%)	(9.537)	72,9%
Resultado financeiro líquido	20	372	(94,6%)	740	(97,3%)
IR/CSLL	-	-	-	-	-
Depreciações/amortizações	370	503	(26,4%)	629	(41,2%)
Outras despesas/receitas operacionais	(1.388)	(4.107)	(66,2%)	-	-
Juros/Encargos sobre REFIS/PAEX	788	810	(2,7%)	985	(20,0%)
EBITDA	(2.794)	(3.939)	29,1%	(7.183)	61,1%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

No terceiro trimestre de 2018 a Fibam apresentou prejuízo líquido de R\$ 2,5 milhões, montante 70,3% superior ao prejuízo de R\$ 1,5 milhão do trimestre anterior e 72,9% abaixo do prejuízo de R\$ 9,5 milhões do mesmo trimestre de 2017.

Em R\$ mil	3T18	2T18	Variação 3T18/2T18	3T17	Variação 3T18/3T17
(Prejuízo) Lucro Líquido	(2.584)	(1.517)	(70,3%)	(9.537)	72,9%
<i>Total de Ações</i>	726.514	726.514	-	726.514	-
(Prejuízo) Lucro por Ação (em R\$)	(3,5567)	(2,0881)	(70,3%)	(13,1271)	72,9%
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	(87,4753)	(53,1874)	(64,5%)	(66,3139)	(31,9%)

ENDIVIDAMENTO

Ao final do período encerrado em 30 de setembro de 2018, a dívida líquida somou R\$ 9,4 milhões, redução de 5,8% e 22,6% registrado no trimestre anterior e em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano passado, respectivamente.

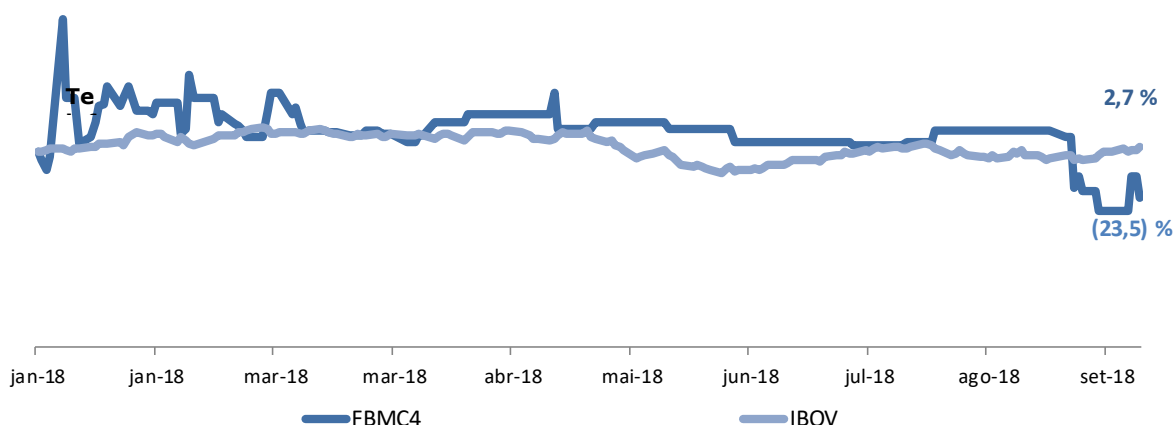
Comentário do Desempenho**FIBAM**
REFERENCIAL EM FIXADORES**Release de
Resultado 3T18****MERCADO DE CAPITAIS**

Em 30 de setembro de 2018, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 1,92, recuo de 23,5% frente à cotação registrada ao final de dezembro de 2017, de R\$ 2,51. No mesmo período de comparação, o Ibovespa registrou variação positiva de 2,7%.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da Fibam em comparação com o Ibovespa:

Desempenho da ação

(Base 100 em 01/01/2018)



Fonte: Uol Economia

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O valor de mercado da Companhia em 30 de setembro de 2018 era de R\$ 21,0 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,35% de participação da família Paperini; (ii) 7,89% de participação do Sr. José Claudio Marinho da Nóbrega; (iii) 5,55% de participação do Sr. Norio Suzaki; (iv) 3,74% do Sr. José Claudio Pagano; (v) 3,22% do Sr. Jun Suzaki e (vi) 28,25% de participação de outros acionistas.

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30/09/2018	30/09/2017
CIRCULANTE	14.549	16.135
Caixa e Equivalentes de Caixa	19	155
Clientes Nacionais	963	4.290
Clientes no Exterior	144	357
Impostos a Compensar/Recuperar	291	199
Contas a Receber	1.203	1.141
Estoques	9.992	8.055
Despesas Antecipadas	34	35
Provisão p/Recuperação Judicial	1.903	1.903
NÃO CIRCULANTE	27.483	30.649
Depósitos Judiciais	38	38
Outros Créditos	20.446	20.446
Imobilizado	6.999	10.165
TOTAL DO ATIVO	42.032	46.784

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2018	30/09/2017
CIRCULANTE	47.130	41.118
Fornecedores Nacionais	3.302	3.293
Fornecedores no Exterior	368	388
Instituições Financeiras	6.053	8.942
Impostos a Recolher	5.974	5.287
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	24.554	17.305
Contas a Pagar	6.749	5.773
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	130
NÃO CIRCULANTE	58.454	53.844
Instituições Financeiras	3.387	3.387
Parcel. de Tributos Federais Estaduais e Previdenciários	51.500	45.391
Fornecedores Nacionais	2.292	3.830
Outras Responsabilidades a Vencer	1.275	1.236
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(63.552)	(48.178)
Capital Social	23.749	23.749
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Prejuízos Acumulados	(78.449)	(53.974)
Prejuízo do Período	(8.852)	(17.953)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.032	46.784

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	3T18	2T18	Var. % 2T18/1T18	3T17	Var. % 3T18/3T17
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	638	3.703	(82,8%)	10.172	(93,7%)
Custo dos Produtos Vendidos	(2.014)	(6.145)	67,2%	(14.803)	86,4%
LUCRO BRUTO	(1.376)	(2.442)	43,7%	(4.631)	70,3%
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	(1.188)	1.297	NA	(4.166)	(71,5%)
Vendas	(574)	(427)	34,4%	(1.026)	(44,1%)
Administrativas	(999)	(1.359)	(26,5%)	(1.849)	(46,0%)
Honorários dos Administradores	(215)	(215)	-	(215)	-
Despesas Tributárias	(788)	(809)	(2,6%)	(1.076)	(26,8%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1.388	4.107	(66,2%)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(2.564)	(1.145)	(123,9%)	(8.797)	70,9%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Despesas Financeiras	(269)	(423)	36,4%	(754)	(64,3%)
Receitas Financeiras	249	51	388,2%	14	NA
Resultado Financeiro Líquido	(20)	(372)	94,6%	(740)	97,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2.584)	(1.517)	(70,3%)	(9.537)	72,9%
LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(2.584)	(1.517)	(70,3%)	(9.537)	72,9%

*Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	3T18	3T17	2T18
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do Trimestre	(2.584)	(9.537)	(1.517)
Ajustes para conciliar o prejuízo do trimestre com recursos			
Gerados das (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciações do Imobilizado	370	629	503
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado	(1.216)	-	(4.107)
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	-	-	-
Variações Cambiais sobre Financiamentos	-	-	-
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais	-	-	-
	(3.430)	(8.908)	(5.121)
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais			
Duplicatas a Receber	1.297	(285)	1.503
Contas a Receber	(276)	(106)	58
Estoques	(2.619)	2.612	(544)
Impostos a Recuperar	(97)	2	1
Outros	23	21	23
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Fornecedores	(54)	(683)	(758)
Impostos a Pagar	2.554	3.322	1.315
Contas a Pagar	785	392	(2.237)
CAIXA GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.817)	(3.633)	(5.760)
Juros Pagos sobre Financiamentos	41	307	269
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.776)	(3.326)	(5.491)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	-
Valor de Venda de Ativos Imobilizado	1.397	-	4.810
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.397	-	4.810
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	24	598	290
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(889)	(1.252)	(1.433)
Parcelamento de Impostos	1.004	2.544	1.507
		-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	139	1.890	364
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(240)	(1.436)	(317)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	259	1.591	576
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19	155	259
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(240)	(1.436)	(317)

Notas Explicativas**FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em Recuperação Judicial**
C.N.P.J. (MF) 61.410.395/0001-95**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.

Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

Em 14 de outubro de 2014 mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, cujo pedido foi deferido em 13 de novembro de 2014 conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Em 14 de janeiro de 2015 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. O Plano foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 15 de dezembro de 2015, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações, decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nos últimos períodos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para o período/exercício findos em 30/09/2018 e 31/12/2017 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações constantes nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor

Notas Explicativas

em uso dos bens, análise de risco para determinação da estimativa de perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. Não ocorreram alterações durante o exercício de 2018 em relação às práticas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras publicadas, por ocasião do encerramento do exercício findo em 31/12/2017.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor, sendo ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2018 da Companhia foram elaboradas em conformidade com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores. A Companhia declara que suas demonstrações foram elaboradas utilizando as mesmas práticas contábeis, das demonstrações financeiras de período anterior, e vêm sendo aplicadas de modo consistente para o período/exercício apresentados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, saldo de contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata demonstrada ao custo e acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações

Notas Explicativas

em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.

- Empréstimos e financiamentos: Os créditos concursais e não concursais encontram-se detalhados na Nota Explicativa 8.
- A Companhia informa que não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A Companhia entende que, com base na aprovação da Recuperação Judicial através da Assembleia de Credores ocorrida em 15/12/2015, os riscos financeiros foram mitigados satisfatoriamente, face a repactuação dos prazos, bem como do deságio obtido, conforme nota explicativa 13.

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dado o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

ii) Risco de obtenção de crédito

Com base no cenário econômico a Companhia se deparou com dificuldades na obtenção de crédito para financiamento do seu capital de giro, fato que forçou a Companhia a solicitar o Pedido de Recuperação Judicial em 14/10/2014. Com base na aprovação da Recuperação Judicial na Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015, as dificuldades na obtenção de crédito encontram-se saneadas junto aos seus principais credores e fornecedores, garantido desta forma sua continuidade operacional. Com base na parceria estabelecida por varias décadas com fornecedores

Notas Explicativas

de matérias primas, não ocorreu descontinuidade de fornecimento, mesmo enquanto se encontrava pendente de aprovação o pedido de recuperação judicial.

iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

iiii) Riscos de mercado:

Risco com taxa de juros: O risco associado à possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros foi mitigado com base no pactuado na Assembleia de Credores com seus fornecedores e credores bancários quirografários, lastreando seus encargos financeiros à correção pela Taxa Referencial (TR) acrescida de 0,50% ao mês, sendo com os demais credores, os valores repactuados sem incremento na cobrança de encargos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa 13, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda da estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.

d) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais contratos da companhia estão atrelados às dívidas incluídas no plano de recuperação judicial, que estão sujeitas a deságio, carências e correção pela poupança, conforme Nota Explicativa 13.

Por ocasião da aprovação do plano de recuperação judicial em 15/12/2015, a Companhia optou por não utilizar taxas de juros projetadas, sendo que não pratica operações com derivativos com finalidade especulativa e de hedge, os contratos em sua maioria estão atrelados ao plano de recuperação judicial, com taxa de juros específicas. E os demais contratos, estão sendo renegociados no período.

Notas Explicativas

e) Clientes e fornecedores de curto prazo

Os resultados das análises de prazos e valores para clientes demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente. Com base nos prazos, carências e correção dos valores, bem como no critério de amortização dos passivos, a Companhia entende que os valores devidos a fornecedores que se encontravam em recuperação judicial não são passíveis de ajustes ao valor presente.

f) Impostos a compensar/recuperar

Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

g) Estoques

É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques oferecidos em garantia ou alienado a passivos financeiros. (Vide nota explicativa 5).

h) Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Notas Explicativas

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de clientes são determinadas em função de prazos de recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores. Os passivos de longo prazo estão atualizados monetariamente até 30/09/2018.

j) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Desde o exercício de 2.009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

k) Instituições financeiras

Detalhamento mencionado na nota explicativa 8.

l) Férias e encargos sociais a pagar

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 30/09/2018 incluindo os correspondentes encargos sociais.

n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

o) Remuneração dos Administradores

Os administradores são Diretores, sendo o impacto no resultado do período de R\$ 215 mil, conforme DVA e Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

5. ESTOQUES

Contas	30/09/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	3.069	2.812
Produtos em Processo	3.792	1.008
Matéria Prima	66	72
Materiais de Consumo	902	1.019
Ferramentas	2.083	2.056
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	80	68
Total	9.992	7.035

A Companhia não possui estoques correntes oferecidos em garantia nas operações financeiras.

6. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Contas	30/09/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais	38	38
Outros Créditos (*)	20.446	20.446
Total	20.484	20.484

(*) Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta “Depósitos Judiciais” para a rubrica “Outros Créditos”, no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.446 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008.

O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até setembro de 2018, calculado pelos assessores jurídicos, é de R\$ 205.933 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 123.560 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.446 mil em 30 de setembro de 2018.

Notas Explicativas**7. IMOBILIZADO**

Contas	Tx. Anual Média ponderada	30/09/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	9,11%	48.185	(41.320)	6.865	9.357
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(659)	40	53
Veículos	9,65%	445	(430)	15	19
Equip. Informática/Software	19,95%	3.145	(3.066)	79	113
Total		52.474	(45.475)	6.999	9.542

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação (ajuste de avaliação patrimonial) no montante de R\$ 1.081 mil (vide nota 12), baixado no 1º semestre, conforme comentado a seguir.

Conforme Fato Relevante divulgado em 02/08/17, a Companhia informou que foi concluída a negociação para a liquidação do empréstimo mantido com o Banco Tricury, através da efetiva transmissão de bens imóveis (terrenos e edificações), de propriedade da Companhia, com previsão de direito de recompra no prazo de 36 (trinta e seis) meses, imóveis estes que já haviam sido alienados fiduciariamente ao referido Banco em data anterior ao pedido da recuperação judicial.

A Companhia possui bens de seu ativo imobilizado em garantia para empréstimos e financiamentos (vide nota 8).

Mutações do Imobilizado 2018/2017								
	Terrenos	Edificações	Máq./ Equip	Móv./ Utens.	Veículos	Equip. Inf./ Software	Bens/ Direitos	Saldo
Saldos em 31/12/2016	1.242	1.669	11.650	72	24	168	-	14.825
Adições	-	-	139	-	-	-	-	139
Baixas	(1.242)	(1.669)	(511)	-	-	-	-	(3.422)
Depreciação	-	-	(1.921)	(19)	(5)	(55)	-	(2.000)
Saldos em 31/12/2017	-	-	9.357	53	19	113	-	9.542
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(1.619)	-	-	-	-	(1.619)
Depreciação	-	-	(873)	(13)	(4)	(34)	-	(924)
Saldos em 30/09/2018	-	-	6.865	40	15	79	-	6.999

Notas Explicativas**8. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Instituição Financeira	Moeda	Indexador	30/09/2018			Venc. Final	Forma de Pagto.
			Circulante	Não Circulante	Total		
Banco do Brasil Capital de Giro (a) *	R\$	CDI	6.292	-	6.292	dez/17	Mensal
Banco Tricury S/A	R\$	CDI	2.000	-	2.000	mar/18	Mensal
Banco Sofisa - Conta Garantida	R\$	CDI		-		mar/18	Mensal
Brasil Distressed (*)	R\$	Fixo	71		71	Jun/18	Mensal
Banco Bradesco (a) *	USD	Libor	270	-	270	jan/18	Trimestral
Banco Rendimento	R\$	Fixo		-		mar/18	Mensal
Quirografários – Bancos (b) *			-	3.387	3.387		(b)
Redução de Juros Provisionados a Maior			(2.580)	-	(2.580)		
Totais			6.053	3.387	9.440		

* Acordos em andamento

(a) Os valores foram repactuados uma vez que possuem garantia real. Tem como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas. As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor contábil líquido de 3.838 mil em 30/09/2018.

(b) Valores concursais, classificados como Credores Quirografários, cujos valores são líquidos de deságio, acrescidos de correção, conforme Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015.

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

9. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS

	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total 30/09/2018	31/12/2017
PAEX – PIS/COFINS/IPI e INSS	9.235	25.416	34.651	32.155
OUTROS	4.282	-	4.282	3.075
PPI – ICMS	280	12.127	12.407	11.472
ICMS-PEP CP	1.452	3.575	5.027	5.325
CORREÇÃO DO PERÍODO	-	10.382	10.382	8.305
TOTAL	15.249	51.500	66.749	60.332

A Companhia possui valores de tributos federais e previdenciários (REFIS) e estaduais (PPI/ICMS/SP) em aberto desde 10/2014; esses valores vêm sendo atualizados monetariamente. Com base no entendimento dos Assessores Tributários os parcelamentos estão rompidos, e que ensejará procedimento de execução fiscal, porém a possibilidade de perda é eventual na maioria dos processos. Quando encerrados os processos fiscais, serão mensurados os valores atualizados

Notas Explicativas

dos impostos parcelados em atraso, ocasião em que a Companhia terá melhores condições de apurar com segurança, o valor do complemento dos encargos financeiros, se houver, para os devidos ajustes contábeis, nas respectivas contas contábeis (Impostos a recolher – passivo circulante e Tributos parcelados e outros – passivo não circulante).

10. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	30/09/2018	31/12/2017
Férias e 13º salários a pagar (a)	<u>1.985</u>	<u>3.058</u>
Contas a pagar	<u>6.749</u>	<u>6.957</u>
Frete e outros	167	367
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros e outras)	6.390	6.331
Débitos de Cessão de Crédito (b)	192	259
TOTAL	8.734	10.015

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar em 30/09/2018.

(b) Valores decorrentes da Assunção de Dívidas, pactuado em 12/2014, devidamente acrescidos dos encargos pactuados em contrato.

11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Administração da Companhia e seus consultores jurídicos divulgam para fins de atendimento às normas contábeis, que possui contingência decorrente de processos trabalhistas, com perda considerada “possível”, de aproximadamente R\$ 4.500 mil, não existindo até a presente data contingências trabalhistas com probabilidade de perda provável.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital integralizado em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial (antiga Reserva de Reavaliação):

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização. No trimestre findo em 30/09/17 houve a realização dessa reserva, conforme comentado na nota explicativa 7.

c) Lucro (Prejuízo) por ação (básico e diluído):

	30/09/2018	31/12/2017
Prejuízo do período para as ações ordinárias e preferenciais – R\$ mil	(2.584)	(24.475)
Ações ordinárias e preferenciais	726.514	726.514
Prejuízo por ação – R\$ 1,00	(3,56)	(33,71)

Notas Explicativas

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia.

Durante o exercício não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto.

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações; nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

• Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

13. APROVAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado no item “1 - Contexto Operacional”, a Companhia obteve aprovação do Pedido de Recuperação Judicial na Assembléia de Credores em 15/12/2015, pela maioria dos credores inscritos no Pedido de Recuperação Judicial, sendo homologada através da decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016, onde ficaram acordados os seguintes termos para as classes de credores abaixo:

Classe	Categoria	Início Pagtos.	Correção	Amortiz.	Quant. Parc.	Deságio
Quirografário	Aço – Especial	ago-16	TR + 0,5%	Mensal	41	-
Quirografário	Bancos	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Fornecedores	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Micro Empresa – EPP	fev-16	TR + 0,5%	Mensal	1	-

14. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 30 de setembro de 2018 por montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

15. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 14 de novembro de 2018 e com as informações relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial
SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Os impostos e contribuições federais e estaduais descritos na nota explicativa 9 não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados dos programas REFIS e PPI-ICMS-SP. Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo entendimento dos Assessores Tributários os parcelamentos estão rompidos, e que ensejará procedimento de execução fiscal, porém a possibilidade de perda é eventual na maioria dos processos. Quando encerrados os processos fiscais, serão mensurados os valores atualizados dos impostos parcelados em atraso, ocasião em que a Companhia terá melhores condições de apurar com segurança, o valor do complemento dos encargos financeiros, se houver, para os devidos ajustes contábeis, nas respectivas contas contábeis. Entretanto, até o término de nossos trabalhos esse levantamento ainda não havia sido finalizado. Dessa forma, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados que possam modificar as demonstrações contábeis para o trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos eventuais ajustes que poderiam ser feitos nas informações intermediárias, conforme mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, a Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial, cujo pedido foi homologado pelo Juízo de Recuperação, em decisão proferida em 19 de fevereiro de 2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de fevereiro de 2016.

Conforme comentado na nota explicativa 1, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nesse período e de exercícios anteriores, e como consequência gerando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia.

Outros assuntos

a) Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

b) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nos auditados e revisados, cujos relatórios foram emitidos com data de 08 de março de 2018 e 30 de outubro de 2017, respectivamente. No Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/17, conteve modificação de opinião em relação ao seguinte assunto: Os impostos e contribuições federais e estaduais não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados (REFIS e PPI-ICMS-SP). Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração, é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará inclusive a identificação de possíveis créditos tributários oriundos de pagamentos já realizados para ingresso de novos pedidos de parcelamentos, levantamento este que não foi realizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Constou, ainda, nesse relatório, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

No Relatório de Revisão de Informações Intermediárias de 30 de setembro 2017, foi emitido com a mesma ressalva descrita no parágrafo Base para conclusão com ressalva, constando, ainda, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

São Paulo, 14 de novembro de 2018.

JPPS Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio
Contador CRC 1SP 085.108/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os abaixo subscritores, integrantes da Diretoria da Fibam Companhia Industrial.

DECLARAM, nos termos do Artigo 25 parágrafo 1º item VI da instrução CVM 480 de 07.12.2009 que reviram e discutiram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2018 da Fibam Companhia Industrial – Em Recuperação Judicial e concordam que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia no período.

São Bernardo do Campo (SP), 14 de novembro de 2018

PAOLO PAPERINI
Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente
RICARDO ATHOS PAPERINI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO BERNARDO DO CAMPO, 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

Os abaixo subscritores, integrantes da Diretoria da Fibam Companhia Industrial - Em Recuperação Judicial DECLARAM, nos termos do Artigo 25 parágrafo 1º item V da Instrução CVM 480 de 07.12.2009 que, com base no seu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões posteriores sobre os resultados de auditoria, concordam com as opiniões expressas no parecer elaborado pela JPPS Auditores Independentes S/S, não havendo qualquer discordância.

São Bernardo do Campo (SP), 14 de Novembro de 2018.

PAOLO PAPERINI
Diretor Presidente

RICARDO ATHOS PAPERINI
Diretor Vice-Presidente